

Estudo sobre a ação (in)formadora do jornal do Sindicato de Especialistas em Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo)

*Miguel H. Russo & Héliida Lança**

RESUMO

O texto apresenta resultados parciais de pesquisa em andamento cujo objetivo central é identificar a orientação política da ação (in)formadora do Sindicato de Especialistas em Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo) no jornal *O Diretor*, que é o instrumento de comunicação da entidade com seus associados. A questão central do estudo é compreender de que forma aquele sindicato realiza a (in)formação de sua base por meio do jornal, desde a reforma da educação iniciada no governo Serra com a implantação do Programa “São Paulo faz escola”, em 2007. Nas bases teóricas deste estudo, utilizamos a concepção de formação de inspiração marxista – analisada na relação entre o processo histórico da objetivação do gênero humano e a vida de indivíduo como ser social. Os resultados apresentados neste texto indicam que o sindicato vem se abstendo da discussão sobre as questões mais candentes e substantivas do modelo de educação adotado pela política governamental, centralizando as reivindicações e o debate em questões específicas da categoria funcional dos diretores de escola daquela rede de ensino.

* Miguel H. Russo, professor-pesquisador do PPGE da Uninove. E-mail: mh.russo@uol.com.br. Héliida Lança, mestranda em Educação da Uninove. E-mail: helida_lanca@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O estado de São Paulo está sob a gestão ininterrupta do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) há quase duas décadas, tempo suficiente para que muitas políticas fossem implementadas em sua rede de ensino. Desde o início daqueles governos, muitas mudanças estruturais ocorreram na educação paulista e, em nossa opinião, as mais impactantes foram: a criação do sistema de avaliação externa; a implantação do regime de progressão continuada; a reorganização da rede física; o início da municipalização do ensino fundamental; a implantação de sistemas de bonificação e meritocracia; a unificação dos currículos; e as novas formas de contratação de professores.

Em 2007, o governo apresentou um conjunto de dez metas para melhorar a qualidade da educação paulista que, para serem atingidas até 2010, desencadearam uma série de projetos pautados em políticas de bonificação e unificação curricular. Nas séries iniciais do ensino fundamental foi implantado o “Programa Ler e Escrever” e nas séries finais e ensino médio o “Programa São Paulo faz Escola”. Desta forma, os professores foram distanciados das ações reflexivas sobre a própria prática docente e tornaram-se absolutamente vulneráveis ao controle de seu trabalho. Além disso, com o novo modelo de gestão levado às escolas a partir de tais programas, o professor coordenador torna-se uma peça central na orientação pedagógica dos professores, ficando o diretor de escola restrito a mero observador daqueles procedimentos.

Por entendermos que o sindicato deve representar os interesses da categoria dos diretores de escola e, principalmente, os interesses da educação pública, surgem aqui as questões que determinam a problematização deste estudo. Como o sindicato dos diretores utiliza o jornal *O Diretor* para (in)formar a base sobre as políticas implementadas? Qual o posicionamento mais frequente do sindicato em relação a tais políticas? Como se estrutura e quais os temas mais frequentes no jornal? Como podemos caracterizar a ação formadora do sindicato exercida através do jornal?

A pesquisa em andamento, em construção pelos autores, pretende analisar um período de cinco anos de publicações de *O Diretor*, a partir da implantação do programa, em agosto de 2007, e constituirá a dissertação de mestrado da coautora no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho. Neste texto, apresentamos alguns resultados iniciais do estudo provenientes dos dados referentes às publicações do jornal no primeiro semestre do período estabelecido para a pesquisa.

A investigação justifica-se na medida em que pretende conhecer a ação sindical na formação de sua base e sua posição política frente as reformas educacionais. Mesmo sendo parte e reproduzindo um determinado modelo de sociedade e de economia, como afirma Dal Rosso (2011: 21), o sindicato “pode também ocupar um lugar de agente transformador e de mudança. Em que medida e em que direção ocorrem estes processos é uma questão aberta”. Ao tomar essa afirmação como ponto de partida, nossa investigação pretende colaborar para a

compreensão do percurso que a entidade representativa dos diretores das escolas estaduais paulistas vem seguindo nos últimos anos. Não se trata de atribuir unicamente à ação sindical a responsabilidade pelo desenvolvimento da consciência de classe e de categoria profissional, ainda que não se possa negar a importância daquelas organizações nessa função e a força histórica que apresentam no quadro de lutas e conquistas das camadas trabalhadoras.

A REDE DE ENSINO PAULISTA E O DIRETOR DE ESCOLA

Na organização da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, “o Diretor de Escola é o profissional que se ocupa da direção, administração, supervisão e coordenação da educação na escola. Sua principal função é gerenciar todo processo educativo da escola”.¹ O acesso ao cargo de diretor para as mais de cinco mil escolas da rede permanece tendo como exigência a aprovação em concurso público. A legislação funcional prevê a possibilidade de uma série de afastamentos a estes diretores, que podem ser designados para atuar em outras funções da mesma pasta. Quando um diretor se afasta, permanece como detentor do cargo daquela determinada escola, mas com um substituto para exercer a função enquanto perdurar o afastamento. Vale ressaltar que o substituto é designado pela diretoria regional.

Os diretores de escola foram historicamente sendo cooptados pela burocracia do sistema e deixaram, assim, de se reconhecer como professores. Ao assumirem a função de “especialistas”, não percebem a engrenagem da fragmentação hierárquica do trabalho, e então simplesmente executam suas tarefas de maneira que pensam ser neutra, atendem as contingências imediatas e nada mais. Passam a “servir ideologicamente à situação, mas não no sentido de ficarem, necessária e diretamente, obrigados a produzir e divulgar a ideologia das classes dominantes, à moda de seus intelectuais orgânicos” (Ribeiro, 1991: 10), mas sim de simplesmente executarem todo o aparato de tarefas – simples ou complexas – sem terem a consciência do que tais tarefas significam, manifestando o que a teoria marxiana categoriza como alienação. É necessário levar em conta a imensa força de disciplinamento que tais práticas determinam aos trabalhadores que atuam na escola.

O diretor de escola da rede pública estadual paulista está atualmente imerso num contexto de práticas da *pedagogia da qualidade*,² de unificação de conteúdos, enfraquecimento das

1 Definição retirada da Resolução SE 70/10, que dispõe sobre os perfis profissionais, competências e habilidades requeridas dos educadores da rede pública estadual e os referenciais bibliográficos que fundamentam os exames, concursos e processos seletivos, e dá providências correlatas.

2 Para um melhor entendimento da amplitude do termo, recorremos a Carvalho(2007: 62), quando afirma que, embora a pedagogia da qualidade “anuncie o resgate e a emancipação da educação, o que busca é o consenso social e a subordinação das práticas educativas às chamadas exigências do mundo do trabalho”.

propostas pedagógicas e fortalecimento das avaliações institucionais que reforçam a competitividade, tudo isso ainda combinado às novas regras de contratação temporária de professores e funcionários. Considerado um gerente do processo educativo, o diretor executa as tarefas que lhe determinam.

A implementação da reforma da educação paulista a partir do Programa “São Paulo faz escola”³ teve como principal objetivo levar a rede à unificação do currículo. A argumentação estava basicamente apoiada na frase “possibilitar que a rede estadual torne-se uma verdadeira rede”,⁴ num discurso aparentemente romântico, mas com objetivos certos e perversos relacionados ao controle do trabalho das escolas e aos objetivos políticos. Aos diretores de escola ficou determinada a ação de garantir a implementação e a execução do programa. Em momento algum, desde então, os diretores foram chamados a refletir sobre a finalidade de tais ações e isso os mantém na sua condição de “gerentes” executores.

O SINDICALISMO NA EDUCAÇÃO PAULISTA

Os trabalhadores das escolas da rede pública paulista têm sua representação funcional e laboral realizada por quatro diferentes sindicatos: os professores são representados pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp); os diretores de escola são representados pelo Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo (Udemo); os supervisores de ensino são representados pelo Sindicato dos Supervisores de Ensino do Magistério Oficial no Estado de São Paulo (Apase); e, finalmente, os trabalhadores ocupantes de funções de apoio são representados pelo Sindicato dos Funcionários e Servidores da Educação do Estado de São Paulo (Afuse).

Essa fragmentação sindical revela uma grande contradição. Enquanto no plano do discurso acadêmico e do discurso institucional há a defesa do trabalho coletivo para a construção de um projeto político-pedagógico que seja a expressão dos interesses e das necessidades de todos os segmentos da comunidade escolar, entendida como o conjunto dos seus trabalhadores e dos seus usuários, a partir do pressuposto de que há interesses comuns entre as categorias de trabalhadores da mesma entidade empregadora, e que esses interesses são organizados pela

3 O Programa “São Paulo faz escola” foi implantado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo em 2008, em todas as escolas da rede, sob o discurso de melhoria da qualidade do ensino, numa ação urgente e necessária, em razão do baixo desempenho dos alunos nas últimas aplicações do Saesp. Tal evento se deu durante a gestão do governador José Serra e da então secretária da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro. Outros governadores vieram desde então, bem como outros secretários, mas o programa permanece em curso, considerando que o estado encontra-se sob a gestão do mesmo partido (PSDB) há quase duas décadas.

4 Frase proferida inúmeras vezes por Maria Inês Fini, coordenadora geral do programa.

sua inserção no processo pedagógico escolar. O que se observa é que aquela fragmentação sindical revela, na prática, uma divisão de interesses que fragiliza a ideia de trabalho coletivo, assim como a força de representação da categoria dos trabalhadores da escola.

A origem dessa fragmentação está na organização burocrática daquela rede escolar que leva ao extremo a hierarquização das funções e conduz, assim, ao surgimento de interesses corporativos próprios dos ocupantes de funções específicas e que se consideram portadores de interesses e privilégios restritos e não extensíveis aos demais segmentos da categoria dos trabalhadores da educação e da escola.

UDEMOMO

A Udemo, Sindicato de Especialistas de Educação do Magistério Oficial do Estado de São Paulo, então chamada União dos Diretores do Ensino Médio Oficial, foi fundada em 1952, a partir da decisão de um pequeno grupo de diretores que, reunidos em assembleia na Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo (Afpep), decidiram criar uma entidade que “permitisse maior coordenação dos esforços da classe” (Udemo, 2012). Naquele momento, o principal interesse estava centrado em combater a intenção do governo na suspensão do ingresso de diretores por concurso público, passando os mesmos a serem nomeados em comissão. Portanto, podemos afirmar que a entidade nasceu do desconforto de um pequeno grupo de diretores, em torno de 30 pessoas, que compartilhavam a certeza de que o provimento daquele cargo deveria ser mantido por concurso. Os argumentos estavam relacionados ao receio de influências partidárias na administração das escolas e também à necessidade de garantir o direito de remoção do cargo aos diretores que já eram titulares.

Em seu primeiro estatuto, a garantia de eleição direta para todos os níveis da administração da entidade e, nas disposições transitórias, a previsão de que a Udemo “poderia entrar em entendimentos com outras entidades representativas do magistério de nível médio, para constituição de federações, firmas, acordos ou alianças, visando a interesses comuns” (Udemo, 2012).

Em 1985, comemora a marca de cinco mil associados e passa a organizar encontros regionais. A partir de 1992, surgem, pelas mãos da Udemo, as paralisações curtas, em substituição às greves por tempo indeterminado. Nos últimos anos, suas reivindicações principais estão focalizadas em interesses específicos dos diretores de escola.

Atualmente, com mais de 10 mil associados, passados 60 anos de sua fundação, a Udemo permanece na defesa do concurso público para ingresso de diretores, sendo esta uma de suas reivindicações mais recentes junto à Secretaria da Educação. Voltaremos a abordar este assunto, de forma mais aprofundada, mais à frente.

O DIRETOR

O jornal *O Diretor*, instrumento principal de coleta de dados para a pesquisa em desenvolvimento, é uma publicação mensal da Udemo com tiragem média de 16 mil exemplares. Atualmente, responde pela diretoria de publicações Ana Cristina Prado Poli, e o editor é Luiz Gonzaga de Oliveira Pinto, secretário geral da atual diretoria executiva.

“Enquanto o milagre não vem, é preciso planejar a ação para que o panfleto ou o jornal consiga se defender dos ataques do gigante e, se possível, derrubá-lo” (Santiago e Gianotti, 1997: 36), afirmam os autores ao compararem o trabalho da imprensa sindical com Davi e Golias. Desta forma, entendemos que “a comunicação sindical é uma arma em potencial nas mãos dos trabalhadores para defender sua ideologia, sua política” (Costa, 2010: 65).

FORMAÇÃO, INFORMAÇÃO OU CONFORMAÇÃO DE DIRETORES?

O diretor da escola estadual paulista é, necessariamente, um professor com experiência mínima de oito anos na sala de aula. Portanto, esteve nos mesmos bancos escolares e acadêmicos que qualquer outro professor daquela rede de ensino. Além disso, o diretor deve ter também a formação de pedagogo. Sua formação se dá num contexto em que muitas coisas já aparecem como definidas, como verdades absolutas, como práticas institucionalizadas.

Muito criticamos a escola que disciplina, que condiciona e que subordina os seus alunos a um alto nível de passividade e de conformação, exigido para a manutenção da sociedade classista, mas não podemos deixar de considerar que os trabalhadores da educação também foram ensinados por esta mesma escola, treinados para se inserirem de maneira não conflitiva no mercado de trabalho. A mesma regra serve para os dirigentes sindicais.

Ao refletir sobre a consciência política dos professores, não podemos deixar de considerar que a docência é historicamente vista como algo muito próximo ao sacerdócio: “professor-missionário, profissão vocação, escolas-templo de saber, missões pedagógicas, a nobre tarefa de ensinar, a ilustração como evangelização e assim sucessivamente” (Enguita, 2004: 18). Portanto, trata-se de um trabalho que, diferente de todos os outros, dá ao seu trabalhador um peculiar estado de nobreza gratuita, apenas pelo fato de ter ingressado no magistério.

Sua formação e seu crédito iniciais bastam para isso, sem a necessidade de demonstrar mais nada pessoalmente, nem de revalidar sua posição. Por conseguinte, sua profissão lhe assegura por si mesma um *status* ao menos moderadamente elevado, em relação inversa com o tamanho e o nível de modernização da comunicação a qual se insere. É, em boa medida, o trampolim para o futuro, o vínculo com o além terreno, a janela aberta para o mundo (Enguita, 2004: 18-19).

Além disso, precisamos considerar também que, em tempos de desemprego, é muito compreensível a necessidade de os indivíduos buscarem postos de trabalho fixos, empregos estáveis e concursos públicos. Com a universalização do acesso à educação, a quantidade de escolas aumentou consideravelmente e, por consequência, aumentaram também as vagas para professores na rede pública de educação básica, oferecendo a muito mais pessoas a oportunidade de atuar junto à formação das crianças e jovens. Esta questão, aparentemente, não traz nenhum problema: mais postos de trabalho, mais oportunidades de emprego. De certa forma, pode até ser vista como um aspecto positivo. Mas Enguita (2004: 24) alerta-nos para o fato de que, com essa dinâmica, cada vez mais os professores buscam a segurança de suas individualidades, em detrimento da busca à mudança social. Ou seja, a escola cada vez mais recebe para seus postos de trabalho as pessoas que ali chegaram para garantir a estabilidade de suas vidas pessoais, e cada vez menos se vê as pessoas que almejam a transformação da sociedade.

Portanto, ao buscar caminhos para a formação política dos professores, não podemos deixar de considerar que, em geral, trata-se de uma categoria que já inicia seu percurso no magistério com dois elementos dificultadores do processo: o sentimento de sacerdócio e nobreza, e a busca pela estabilidade individual. Certamente estamos aqui pensando as dificuldades – e não de impedimentos –, pois entendemos ser necessário refletir sobre os problemas, para então buscar a superação.

Então chegam como trabalhadores de um setor já caracterizado pela perda de controle sobre seu processo de trabalho, onde quase não há espaço para escolhas e recusas em razão de práticas já instituídas e institucionalizadas. E “definem o seu ofício com uma construção individual, realizada a partir de princípios profissionais e éticos, com destaque para: o respeito ao programa, a preocupação com os alunos, a busca dos desempenhos e da justiça” (Lélis e Xavier, 2010: 30). Além destes fatores individuais, há de se considerar os fatores organizacionais e contextuais (Canário, 2001: 36). O professor aprende sua profissão na escola, muitas vezes de forma espontânea e não reflexiva, havendo pouco espaço para o exercício da crítica. Desta forma, percebemos uma enorme tendência ao esvaziamento da dimensão coletiva do trabalho docente.

A influência de algumas posições estruturalistas deixou-nos imóveis diante de uma visão da ação e da prática educativas submetidas à força de reprodução inexorável. A reprodução existe, evidentemente, e não é negativa em si mesma – depende daquilo que seja reproduzido e em quem –, mas existe margem para a ação livre transformadora dos indivíduos e dos grupos; não só na forma de resistência e de subversão camuflada ou de margens na intimidade da ação de cada um (Sacristán, 1999: 77).

O que percebemos, muitas vezes, é a consciência dos trabalhadores sendo colocada em xeque, e sua carência atribuída ao enfraquecimento das lutas coletivas. Tal discurso nos parece um pouco dissonante, pois entendemos que os trabalhadores do setor da educação foram

formados e conformados pelos mesmos bancos escolares que todo o restante da população, assim como os dirigentes sindicais. Ora, se temos tal entendimento, não faz sentido esperar da categoria uma organização coletiva e uma consciência política acima das outras categorias.

Muitos estudos se empenham em compreender este fenômeno, buscando esclarecer as razões que distanciam os trabalhadores da educação de um pertencimento coletivo e da consciência de classe. Carlos Bauer (2010) defende que muitos professores são filhos de operários e que percebem o ingresso no magistério como ascensão social, o que os torna frágeis o suficiente para serem facilmente cooptados pela ideologia burguesa. Amarílio Ferreira Jr. (1998) afirma que os professores sofreram um imenso processo de proletarização nas últimas quatro décadas, o que desencadeou forte diminuição do poder de compra de seus salários e, em consequência, a precarização da profissão. Julián Gindin (2011) nos traz as dificuldades e as lutas que devem ser travadas no campo ideológico, afirmando que a educação é um terreno fértil para tais debates – e a história vem nos provando isso, pois sabemos que “las formas de lucha son favorecidas y limitadas pelas circunstancias” (idem: 101).

Outra questão bastante comum nos estudos sobre a formação da consciência dos trabalhadores da educação está relacionada ao debate sobre o trabalho docente ser produtivo ou improdutivo. Sérgio Lessa (2007) acredita que a massa dos trabalhadores da educação se deslocou para o grupo dos improdutivos em razão das grandes mudanças das últimas décadas e questiona mesmo se ainda há alguma possibilidade de existência de caráter revolucionário. Sadi Dal Rosso (2011) considera que o trabalho do professor é produtivo na medida em que considera a própria força de trabalho como mercadoria. Enguita (1993) afirma que neste embate teórico sobre o trabalho docente ser produtivo ou improdutivo, precisamos considerar que “todo trabalho de serviços explorado – não desfrutado, mas explorado pelo capital – é, portanto, qualitativamente tão produtivo quanto o empregado na fabricação de mercadorias”. Embora estes sejam debates de grande densidade teórica, cuja importância não pretendemos aqui discutir, acreditamos que esta seja somente uma dimensão do problema real na determinação da prática e da formação política dos educadores. A nosso ver, esta discussão, aqui somente esboçada, implica discussões e reflexões de foco político, social e econômico.

OS DADOS ANALISADOS

Conforme anunciamos anteriormente, este texto apresenta a análise inicial dos dados colhidos para pesquisa de mestrado em andamento. Portanto, apresentaremos os resultados parciais da investigação, mantendo o recorte temporal do primeiro semestre após o anúncio dos programas de unificação curricular na rede, em agosto de 2007.

Inicialmente, esperávamos ter como objeto de análise um conjunto de seis exemplares do jornal, considerando tratar-se de uma publicação mensal do sindicato. Mas, para nossa surpre-

sa, constatamos que não há um jornal publicado por mês neste período, mesmo com o anúncio de “Uma publicação mensal da Udemo” no editorial. Desta forma, no período compreendido entre setembro de 2007 e fevereiro de 2008, apenas três números do jornal foram publicados: novembro e dezembro de 2007 e, uma edição para os meses de março e abril de 2008.

A seguir apresentamos uma síntese do conjunto de dados retirados da leitura dos exemplares dos três números selecionados e analisados para este texto. A fim de dar sentido aos dados eles serão apresentados segundo categoriais que correspondem às seções do jornal ou a temáticas selecionadas dentre as matérias publicadas. Assim, temos:

Capa: ênfase em uma matéria dominante naquele número, segundo os critérios editoriais do veículo. Assim, nos números analisados destacaram-se o XVI Congresso Estadual de Educação; a mensagem de Natal do sindicato aos seus associados; e a Campanha salarial, respectivamente.

Editorial: nos três números, tratou da falta de formação superior dos professores do ensino fundamental; do excesso de faltas ao trabalho, dos professores; e da importância dos idosos. Como se pode constatar não há articulação entre os temas. Ainda que não haja razão para a articulação temática dos editoriais, sua inexistência pode ser indicativa da falta de um fio condutor para a linha editorial do veículo oficial de comunicação do sindicato com sua base.

Crônica: a coluna destinada à crônica parece concentrar a função de produzir críticas às políticas de recursos humanos e funcionais do governo do estado de São Paulo, posto ser ele o mantenedor das escolas nas quais trabalham os diretores filiados àquele sindicato. Assim, constituíram-se em temas nos números analisados do jornal: críticas à política salarial; à criação de estágio probatório para os professores ingressantes; às demissões de ocupantes de funções temporárias para submetê-los a novo processo de seleção, segundo novos critérios de interesse da administração estadual; ao baixo aproveitamento escolar dos alunos do ensino médio; à falta de funcionários.

Aposentados: o jornal mantém, com destaque, um encarte denominado “Jornal dos Aposentados” com matérias de interesse dos diretores aposentados, sejam elas funcionais, sociais, culturais ou de saúde. Uma abordagem especial à questão social dos idosos e do envelhecimento.

Subsídios à hora de trabalho pedagógico coletivo (HTPC): o jornal nesta coluna divulga textos e matérias que, em geral, podem ser utilizados pelos educadores escolares nas reuniões pedagógicas.

Correspondência: o jornal reproduz, para conhecimento dos seus associados, os ofícios que encaminha para as autoridades e órgãos públicos com reivindicações de interesse da categoria dos diretores de escola pública estadual ou mesmo para manifestar apoio ou crítica às políticas públicas.

Além dessas seções, o jornal publica algumas matérias isoladas e que atendem aos princípios editoriais do veículo. Nos três números analisados para este texto, merecem destaque os pontos tratados a seguir.

No primeiro exemplar analisado, número de novembro de 2007, a reportagem sobre o XVI Congresso Estadual da Educação, que acabara de acontecer. Pelas palavras do presidente, percebemos uma aparente preocupação com a articulação da construção do projeto pedagógico e com o desempenho dos diretores e coordenadores nessa tarefa:

Por que muitos gestores acabam por desvincular-se do pedagógico, aprofundando suas relações com o burocrático? Sob muitos aspectos, isso acontece porque muitos diretores não dominam determinados saberes absolutamente necessários à construção e ao acompanhamento do trabalho daqueles que deverão operacionalizar o Projeto Pedagógico e o Planejamento das escolas, ou seja, os professores. Daí a necessidade de o diretor, ao lado de seu professor-coordenador, informar-se sobre a construção do Projeto Pedagógico. Pelo menos os diretores associados da Udemo têm recebido, anualmente, a *Revista do Projeto Pedagógico*, na qual estão inseridas numerosas matérias que visam capacitar os gestores (*O Diretor*, nov. 2007: 7).

Aborda a questão dos conteúdos, ainda que sem profundidade teórica, mas desconsidera completamente a proposta já anunciada pelo governo, sobre a unificação dos mesmos:

Um Projeto Pedagógico consistente orientará planejamentos e ações, nos quais haverá a preocupação permanente com a incorporação de conteúdos significativos em todas as disciplinas, de tal forma que, ao término do curso, os alunos das escolas públicas, vocacionados para determinadas profissões, sejam capazes de competir, em condições de igualdade, com os jovens das camadas privilegiadas, e de conquistar seus espaços em universidades de alto nível, e em empregos correspondentes aos saberes adquiridos ao longo da educação básica (*idem*).

Em seguida, e ainda no mesmo texto sobre o congresso, arrisca um posicionamento político:

[...] há uma forte tendência a demonizar-se alguns regimes e sistemas, para se endeusar outros, ocultando-se os seus deméritos e inventando-lhes méritos, mantendo os alunos na mais completa ignorância sobre fatos e acontecimentos globais, impedindo-os de terem uma visão clara de mundo e de formarem as suas próprias convicções, sobre quais regimes e sistemas são os melhores, ou os menos ruins (*ibidem*).

No número de dezembro de 2007, há uma comunicação sobre o encaminhamento pela Udemo de documento ao Senado Federal manifestando-se contrária à aprovação de proposta que tramitava naquela casa do Congresso Nacional com a proposta de estabelecer a eleição pela comunidade como forma universal de provimento da função de diretor de escola pública, sejam elas mantidas por qualquer das esferas de governo.

Especificamente sobre o programa “São Paulo faz escola”, localizamos uma única e pequena nota na edição de mar./abr. 2008:

No ano passado, o Governo do Estado de São Paulo anunciou um rol de medidas, segundo ele, para melhorar a qualidade de ensino. O anúncio aconteceu com decisões unilaterais, sem nenhuma discussão com a rede. Novamente, como em vezes anteriores, faltou a participação dos implementadores nas medidas. A rede tomou conhecimento das medidas, pela imprensa. O principal argumento do governo do estado para a adoção de tais medidas é a melhoria da qualidade do ensino, que está ruim. Espera-se que a rede seja devidamente preparada, e que haja na escola toda a infraestrutura necessária (*O Diretor*, mar./abr. 2008: 2).

Os dados, panoramicamente apresentados, revelam o estilo e a orientação do sindicato na comunicação com sua base. Revela, também, neste quadro parcial, seu posicionamento em relação às políticas educacionais desenvolvidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. O foco são as questões funcionais de interesse da categoria, sem aprofundar questões propriamente de política educacional no seu sentido de projeto social, de instrumento de construção da cidadania, como denuncia a quase ausência de referência à profunda transformação do ensino, em curso naquele período, promovida pelo governo estadual por meio do Programa “São Paulo faz escola”, referência para o nosso projeto de pesquisa.

No conjunto, revela uma posição conservadora como reforça o comunicado sobre seu posicionamento contrário à eleição de diretores pela comunidade, questão tida, hoje, como fator de democratização da educação e da escola, tanto na esfera política como na acadêmica progressista. A contribuição que o órgão de representação de classe pode, e deve, dar à formação da sua base é a problematização e a discussão política do campo de atuação dos seus representados, condição inerente dos diretores de escola pública.

ESBOÇANDO CONCLUSÕES

Pensar nas possibilidades de formação dos trabalhadores do setor da educação nos remeteu a uma série de reflexões acerca do tema, em razão de considerarmos tal formação como decisiva para o exercício do magistério crítico e consciente pelos professores. Certamente que muitos fatores interferem neste contexto, mas mantivemos o nosso olhar atento às práticas escolares como resultantes das escolhas e recusas dos trabalhadores.

Portanto, se a formação se dá na escola, também nela está a possibilidade de transformação ou conformação. A formação da consciência crítica não pode ser fruto de uma concepção idealista. Trata-se de uma construção possível e a própria história da categoria demonstra sua possibilidade de força e resistência, pois “la escuela es un ámbito privilegiado (aunque em modo algum exclusivo) para conquistar los corazones y las mentes” (Casiello e Petrucelli, 2011: 59).

Então percebemos uma grande potencialidade nas organizações coletivas como formadoras, a partir de um projeto pedagógico, onde “na luta por uma sociedade de iguais, uma sociedade socialista, o educador crítico utiliza-se das armas que dispõe: a formação da consciência e a organização de sua categoria, associando as lutas políticas do oprimido com as lutas pedagógicas” (Gadotti, 2009: 120).

Em contrapartida, também sabemos que as relações no interior dessas organizações são permeadas por inúmeras contradições: centralização das decisões, controle dos instrumentos de comunicação, filtro de informações. “Centralização e controle das formas de ação acabam numa institucionalização que consagra a distância entre a base e seus dirigentes, que consagra a ruptura do consenso referente a um projeto” (Wautier, 2001: 38-39).

Num primeiro olhar, a situação pode parecer irremediável. Como vimos, as dificuldades de formação da consciência política surgem desde o ingresso no magistério e, atualmente, são agravadas com políticas neoliberais que parecem imobilizar cada vez mais os professores, gerando o que pode parecer um ciclo ininterrupto.

Mas a história nos mostra a força das organizações coletivas do magistério em décadas anteriores a esta e, então, nelas a possibilidade de ruptura com o modelo educacional hegemônico. Para isso,

os professores que, na sua maioria, tanto negam a luta política devido à propaganda ideológica da burguesia por um lado, e por outro por identificar a política com os balcões de negócios dos governos e parlamentos corruptos, devem tirar uma grande lição de anos e anos de luta sindical pelo Brasil afora (Souza, 2009: 136).

Acreditamos ser bastante oportuno o momento para que a formação da consciência reflexiva dos professores seja estimulada, principalmente pelo fato de estarem imersos em condições que beiram o insuportável. Desta forma, acreditamos que um caminho possível na construção deste processo esteja nas organizações coletivas, que podem e devem atuar na formação política de suas bases, a fim de fomentar o surgimento da criticidade, da dúvida e da ousadia.

A lição é clara: enquanto nós arquitetos rebeldes não conhecermos a coragem de nossa mente e estivermos preparados para dar um mergulho igualmente especulativo em algum desconhecido, também nós continuaremos a ser objetos da geografia histórica (como abelhas operárias) em vez de sujeitos ativos que levem conscientemente ao limite as possibilidades humanas. Aquilo que Marx deu o nome de “movimento real” que vai abolir “o estado de coisas atual” está sempre por ser feito e por ser apropriado. Esse é o único sentido que pode ter adquirido a coragem de nossa mente (Harvey, 2006: 334).

Entretanto, mesmo confiante nas possibilidades aqui apresentadas, compartilhamos das ideias de Dufour (2005: 210) quando afirma que o momento não é nem para um otimismo idiota, nem para um pessimismo nostálgico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUER, Carlos. *A classe operária vai ao campus: esboço de história social, trabalho precário, resistência e ousadia na universidade brasileira contemporânea*. São Paulo: Sundermann, 2010.
- CANÁRIO, Rui. A Prática profissional na formação de professores. In: CAMPOS, Bártolo Paiva (Org.). *Formação profissional de professores de ensino superior*. v. 1. Porto: Porto Editora, 2001.
- CARVALHO, Celso do Prado. Políticas educacionais no contexto de mudanças na esfera pública. In: BAUER, Carlos et alii. *Políticas educacionais e discursos pedagógicos*. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.
- CASIELLO; PETRUCCELLI. Desafios del clasismo em el sindicalismo docente. In: GINDIN, Julián (Org.) *Pensar las prácticas sindicales docentes*. Buenos Aires: Herramienta, 2011.
- COSTA, Claudia. *Comunicação sindical no Brasil: breve resgate e desafios*. São Paulo: Sundermann, 2010.
- DAL ROSSO, Sadi (Org.). Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: ——— (Org.). *Associativismo e sindicalismo em educação*. Organizações e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011.
- DUFOUR, Dany Robert. *A arte de reduzir as cabeças – sobre a nova servidão na sociedade neoliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- ENGUITA, Mariano. *Educar em tempos incertos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- . *Trabalho, escola e ideologia*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FERREIRA JR., Amarílio. *Sindicalismo e proletarização: a saga dos professores brasileiros*. 1998. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática, 2009.
- GINDIN, Julián (Org.). *Pensar las prácticas sindicales docentes*. Buenos Aires: Herramienta, 2011.
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2006.
- LÉLIS, Isabel; XAVIER, Libânea. O ofício docente na voz de suas lideranças sindicais. *Sísifo – Revista de Ciências da Educação*, n.11, jan./abr, 2010, p. 25-34.
- LESSA, Sérgio. *Trabalho e proletário no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.
- RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *A formação política do professor de 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1991.
- SACRISTÁN, Gimeno. *Poderes instáveis em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- SANTIAGO, C.; GIANOTTI, V. *Comunicação sindical: a arte de falar para milhões*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SOUZA, Gilberto. Das luzes da razão à ignorância universal. In: COSTA, Aurea; FERNANDES NETO, Edgard; SOUZA, Gilberto. *A proletarização do professor*. São Paulo: Sundermann, 2009.
- Udemo – Site Oficial. Histórico da Udemo: 1952 – 2002. Disponível em http://www.udemo.org.br/principal_historico.htm. Acesso em 27 jul 2012.
- . *O Diretor*. São Paulo, nov. 2007.
- . *O Diretor*. São Paulo, dez. 2007.
- . *O Diretor*. São Paulo, mar./abr. 2008.
- WAUTIER, A. M. *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*. Ijuí: Unijuí, 2001.



